



# **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

**DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO**  
**Coordenadoria da Ordem do Dia e Autografia**

## **ANEXOS**

## **ORDEM DO DIA**

## **PROJETOS LEI Nºs.**

## **425, 426, E 427/2014**

## **ITENS 14, 15, E 16**

**SESSÃO ORDINÁRIA**  
**29 DE OUTUBRO DE 2014**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI 425/2014**

**RELATÓRIO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 091/2014, tem como objetivo alterar dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e outras providências.

Em suma, o autor pretende atualizar o código da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM dos produtos “absorventes e tampões higiênicos, fraldas e artigos higiênicos semelhantes”, para adequá-lo ao novo código da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

O projeto ainda altera algumas regras tributárias para as empresas que exercem atividades econômicas reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANELL.

Por fim, propõe novas regras para concessão de crédito presumido de ICMS às empresas fornecedoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de comunicação.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Analisando a proposição sob a ótica desta Comissão de Finanças, em cumprimento às obrigações impostas pelo Regimento Interno, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

As alterações não geram impacto financeiro. Vale destacar que as alterações na concessão de crédito presumido não produzirão impacto na arrecadação do Estado, visto que se trata de um mecanismo de compensação dos valores do imposto devido pelas

*R*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

empresas fornecedoras e prestadoras com os valores devidos pelos órgãos da administração direta do Poder Executivo atinentes à aquisição de energia e de serviços de comunicação.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 425/2014.

Sala das Comissões,

29/10/14

  
**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO PAULO F. LEMOS**  
**RELATOR**

  
Dep. Wilson

  
Dep. Paulo

  
Dep. Lemos





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 426/2014**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 092/2014, tem como objetivo alterar dispositivos da Lei 14.260, de 22 de dezembro de 2003, a qual estabelece regras sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. Sendo que, as principais disposições da proposta são:

1. **Acrescenta a alínea “g” ao inciso I do art. 6º** a pedido da Procuradoria Geral do Estado - PGE, a fim de atribuir responsabilidade solidária ao proprietário, quando este vender o veículo e não registrar o comunicado de venda no DETRAN/PR. Dessa forma, garantem-se os atos de cobrança em dívida ativa, com a inserção do antigo proprietário no polo passivo, uma vez que o fisco desconhece a alienação, em face da omissão do vendedor;
2. **Possibilita o pagamento do imposto com redução de até dez por cento, para o contribuinte que optar em efetuar o pagamento do IPVA em parcela única** e em prazo diferenciado, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo, com a finalidade de estimular a antecipação do pagamento e o seu recolhimento à vista, reduzir os custos bancários e de processamento incidentes, quando a opção do contribuinte é pelo pagamento em parcelas, e os índices de inadimplência. Além disso, em razão do rateio de 50% da arrecadação do IPVA entre Estado e Municípios, os resultados esperados terão efeitos positivos diretos para os Tesouros Municipais que, via de regra, enfrentam desafios sazonais com suas despesas de custeio;
3. **Altera a redação do parágrafo único do art. 11-A**, para autorizar a inscrição em dívida ativa de débitos pendentes do exercício corrente, hoje possível somente na hipótese de ordem judicial, para os casos de atos administrativos que resultem em perdimento do veículo a favor do Poder Público, para viabilizar a desvinculação do débito do bem;
4. **Altera a redação da alínea “b” do inciso V do art. 14**, implementando disposição da Lei nº 16.945, de 18 de novembro de 2011, que classifica, para todos os efeitos legais, no âmbito do território paranaense, a visão monocular como deficiência visual.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

5. **Regulariza os débitos pendentes dos exercícios 2008/2009**, com base nos princípios da eficiência e da economicidade, em razão de que os valores pendentes não compensam os custos com inscrição em dívida ativa e ajuizamento, além do decurso do prazo prescricional, com fundamento no conceito de lançamento de ofício.

Analisando a proposição sob a mira desta Comissão de Finanças, em cumprimento às obrigações impostas pelo Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação.

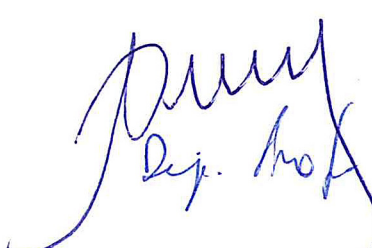
Pelo exposto, esta Comissão de Finanças manifesta-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 426/2014.

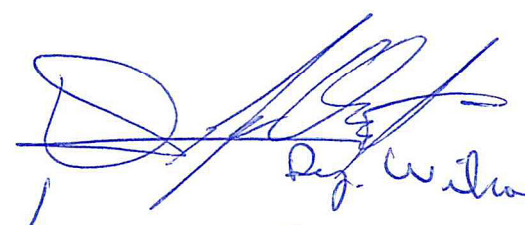
É o Parecer.


Sala das Comissões, 29/11/14

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO PEDRO LUPION  
RELATOR

  
Dep. Prof. Lemos

  
Dep. Wilson

  
Dep. Navega





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 427/2014**

**RELATÓRIO**

O projeto de lei, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 093/2014, objetiva autorizar a reativação dos Termos de Acordo de Parcelamento celebrados com base na Lei nº 17.082, de 09 de fevereiro de 2012, nas condições que especifica.

Considerando as dificuldades enfrentadas pelos contribuintes paranaenses, decorrentes da desaceleração econômica observada desde os meados de 2013, acentuada nos últimos meses, e a necessidade de ofertar aos contribuintes paranaenses condições para que possam concorrer adequadamente no mercado, a proposta pretende autorizar a reativação dos parcelamentos concedidos com base na Lei nº 17.082, de 2012, que oportunizou ao contribuinte do ICMS, do IPVA e do ITCMD, a regularização de créditos tributários pendentes.

A reativação desses parcelamentos e a regularização das obrigações pendentes confere ao contribuinte nova oportunidade para continuar usufruindo os benefícios previstos na referida Lei.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Analisando a proposição sob a mira desta Comissão de Finanças, em cumprimento às obrigações impostas pelo Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação.

**CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão de Finanças manifesta-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 427/2014.

É o Parecer.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Sala das Comissões,

29/10/14

  
**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO PEDRO LUPIAN**  
**RELATOR**

  
  
Dep. Lúcio

  
Dep. Rocio